



[Handwritten signature]

CIM ALTO MINHO:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

VISÃO “ALTO MINHO 2020”

→ Uma região **Competitiva**

Que gera emprego e cria riqueza.

→ Uma região **Conectada**

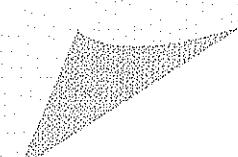
À redescoberta da Europa e do Mundo.

→ Uma região **Atrativa**

Para viver, visitar e investir.

→ Uma região **Resiliente**

Mais flexível, sustentável e inclusiva.



[Handwritten signature]
Ano 6 – Proximidade na Ação

[Handwritten signatures]





I. Plano & Orçamento 2014: Referencial para a ação da CIM Alto Minho

No contexto complexo e exigente que marcou o ano de 2013, o principal desafio da CIM do Alto Minho foi perseverar para progredir, não apenas nas principais prioridades e iniciativas em curso no âmbito do atual período de programação, mas também na adequada preparação do próximo ciclo de fundos estruturais 2014-2020 no Alto Minho.

Perseverar significou, antes de mais, ter a capacidade necessária para construir, em estreita parceria com os principais atores do Alto Minho, a Estratégia, o Plano Global de Ação e o modelo de governação "Alto Minho 2020", enquanto elementos fundamentais para orientar o nosso futuro coletivo. Perseverar significou, também, aproveitar as oportunidades que se abriram ainda no ciclo de programação 2007-2013 para lançar desde já as bases desse futuro coletivo, através da conceção e desenvolvimento de novas iniciativas orientadas de acordo com o referencial estratégico "Alto Minho 2020". Perseverar significou, igualmente, ter a determinação necessária para avançar de forma decisiva na execução dos atuais Programas de Ação, dos projetos promovidos, ou das iniciativas geridas pela CIM do Alto Minho (nomeadamente, do PTD do Minho Lima, do PROVERE Minho IN, do GAC Litoral Norte e da iniciativa âncora "Centro de Mar"). Perseverar significou, por fim, progredir no autoequilíbrio e na moderação institucional e financeira indispensáveis para continuar a constituir uma agência de desenvolvimento regional de excelência ao nível nacional.

O ano de 2014 não será, decerto, menos complexo e exigente, quer no que se refere à difícil conjuntura económica, social e financeira que vivemos, quer no que respeita à duplicação de esforços que terão que ser desenvolvidos, simultaneamente, na conclusão das operações apoiadas pelo QREN 2007-2013 e na preparação das iniciativas para o ciclo de programação 2014-2020.

Por isso, 2014 reclamará uma proximidade na ação entre os principais atores institucionais do Alto Minho, não apenas para fazer as melhores escolhas neste tempo de semear o que em 2020 se pretende colher, mas também para se procurar conhecer melhor a realidade específica com que cada um se confronta e, por essa via, se poder agir coletivamente de forma rápida e eficaz sobre essa realidade.

Proximidade na ação significará, assim, trabalhar em rede com os principais atores públicos, privados e associativos do Alto Minho, quer na atempada montagem técnica, financeira e institucional das principais



iniciativas âncora do Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”, quer na busca das melhores soluções para assegurar o respetivo financiamento.

Proximidade na ação significará, igualmente, promover a participação ativa de todos os órgãos da CIM Alto Minho num processo de definição, concertação e monitorização estratégica das prioridades de desenvolvimento económico e social “Alto Minho 2020”.

Proximidade na ação significará, também, uma estreita colaboração entre a CIM Alto Minho e os principais atores institucionais no sentido de promover a adequada execução das iniciativas em curso ou com aprovação previsível em 2014, nomeadamente, nos seguintes domínios: (i) Melhoria da Qualidade de Gestão dos Serviços Públicos Locais (SAMA; POCTEP; Formação – Ação, Plano de Formação Intermunicipal); (ii) Eficiência Energética (Iluminar o Alto Minho); (iii) Mar (Centro de Mar); (iv) Turismo Natureza (Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados); (v) Marketing Territorial “Minho IN”; (vi) Atratividade Empresarial (Alto Minho 2020; Alto Minho INVEST, Programa Valorizar, CRIART)

Proximidade na ação significará, por fim, colaborar ativamente com as instituições regionais nas atividades tendentes à aceleração da execução e/ou encerramento dos principais programas de ação 2007-2013 geridos pela CIM Alto Minho, em particular: (i) PTD Minho Lima; (ii) GAC Litoral Norte; (iii) Minho IN.

Neste contexto, a ação desta Comunidade Intermunicipal visará, pois, em 2014, assegurar a dinamização das principais iniciativas, atividades e projetos centradas nas seguintes três prioridades do presente Plano:

I. Serviços Públicos Locais e Intermunicipais: Qualificar, Modernizar e Racionalizar, abrangendo, nomeadamente: I.1 Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima2007/2013 (Enquadramento e Avaliação de Candidaturas e Apoio, Dinamização e Acompanhamento Físico, Processual, Jurídico e Financeiro); I.2. Iniciativas Intermunicipais de Planeamento e Qualificação de Serviços Locais (Protecção Civil & Riscos, Água & Saneamento, Transportes, Educação, Cultura e Ação Social, E-GOV Local e Plano Intermunicipal de Formação para a Administração Local); I.3 Promoção da Eficácia & Eficiência da Gestão Intermunicipal (Fornecimentos & Concursos Intermunicipais e Gestão de Competências Intermunicipais).

II. Economia Regional: Promover o Potencial Endógeno e os Fatores Chave de Competitividade, abrangendo, nomeadamente: II.1 Cluster “Turismo & Recursos Endógenos (Iniciativa “Minho IN”, “Turismo & Natureza”); II.2 Cluster “Economia de Mar” (“GAC Litoral Norte” – PROMAR e Iniciativa “Náutica no Alto Minho”); II.3 Fatores Transversais de Competitividade (Iniciativa “Empreendedorismo”



no Alto Minho, Iniciativa “Empregabilidade” no Alto Minho, Iniciativa “Atratividade Territorial” do Alto Minho, Iniciativa “Alto Minho Sustentável” e Iniciativa “Modernização da Linha do Minho”).

III. Estratégia e Capacitação Institucional: Planear, Cooperar e Capacitar, abrangendo, nomeadamente:

III.1 Estratégia Alto Minho 2020 (Dinamização e seguimento da Estratégia “Alto Minho 2020”, Estruturação de Informação Estratégica para a monitorização das Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais do Alto Minho e Promoção de Iniciativas de Desenvolvimento Regional “Alto Minho 2020”)

III.2 Rede Institucional Regional (Órgãos da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, Redes e Parcerias Regionais e Sub-regionais e Redes, Parcerias e Iniciativas Transfronteiriças); **III.3 Gestão e Capacitação Institucional** (Organização e Gestão de Recursos Humanos, Materiais e Financeiros, Capacitação Institucional da CIM do Alto Minho, Informação e Comunicação).

II - Recursos

II. 1 – Humanos

Pese embora as incertezas das implicações para as futuras funções das CIM's que podem advir, quer do processo em curso da designada Reforma da Administração Local, quer das alterações que podem resultar da configuração do novo Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020, não são expetáveis neste momento alterações significativas na estrutura de pessoal no ano de 2014.

O ano de 2013 ficou marcado pela estabilização da estrutura dos serviços da CIM Alto Minho cujas equipas de trabalho são oriundas, no essencial, dos quadros técnicos dos dois GAT's e das duas Associações de Municípios do Alto Minho. De referir que os 4 procedimentos concursais de recrutamento abertos em 2013, destinados à celebração de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para apoio administrativo e financeiro e ao Canil Intermunicipal, se encontram concluídos ou em fase de conclusão.

Desta forma, as necessidades pontuais de colaboradores que surgem naturalmente nos períodos de transição de quadros comunitários de apoio, decorrentes quer de acréscimos de trabalho na tramitação administrativa e financeira fruto da necessidade de encerramento de candidaturas, quer da necessidade de reforçar a componente de planeamento com a / preparação / acompanhamento /definição das linhas estratégicas de atuação para o período 2014/2020 procurarão ser supridas com recurso a estágios profissionais e/ou a assessorias específicas.



II. 2 - Financeiros

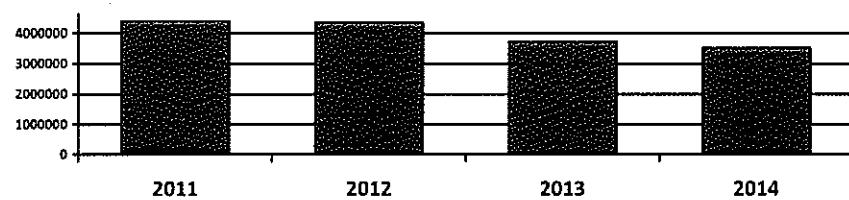
Em termos globais, o orçamento para o ano de 2014 prevê um volume global de receita e despesas de 3.519.882,99 euros, o que representa um decréscimo de 5% em relação ao ano anterior. Este valor reflete uma ligeira redução na componente de investimentos de projetos com cofinanciamento, decorrente, em larga medida, de nos encontrarmos numa fase final de execução do QREN 2007-2013. Não obstante este facto, foram aprovadas no decurso de 2013 um conjunto relevante de projetos que se encontram em fase inicial de arranque, como é o caso do “EGOV- @ltominho”, “ARPAD – Arquivo digital, supressão de papel na relação administrativa e conservação do património documental”, “Plano de Formação-ação para a Certificação da Qualidade”, Marketing “Minho IN”, ou “Alto Minho 2014-2020 - Plano de Ação de Desenvolvimento Intermunicipal”.

Merecem igualmente destaque os diversos projetos que se encontram a aguardar decisão das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, abrangendo quer propostas de reprogramação, quer novas aprovações.

Por fim, importa referir que as condicionantes externas advindas de : (i) o ano de 2014 ser um ano de transição de Quadro Comunitários de Apoio, situação que face à estrutura de financiamento da atividade da CIM Alto Minho tem naturais reflexos; (ii) ou ainda de não estarem claras as implicações da Reforma da Administração Local nas futuras funções das CIM, introduzem naturais margens de incerteza, que, como se comprehende, condicionam os resultados de qualquer exercício de planeamento orçamental.

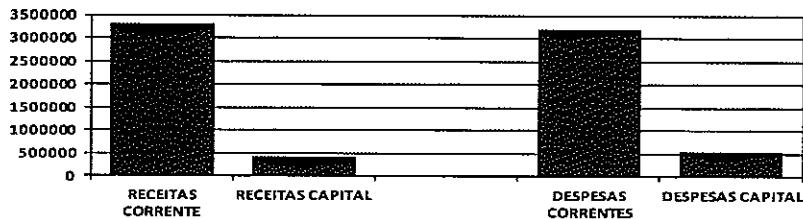
Apresenta-se, então, de seguida, a evolução da Receita e Despesa Orçamental de 2011/2014, bem como da estrutura de Receita e Despesa Orçamental para o ano de 2014.

Quadro 1 – Evolução Orçamentos 2011 /2014





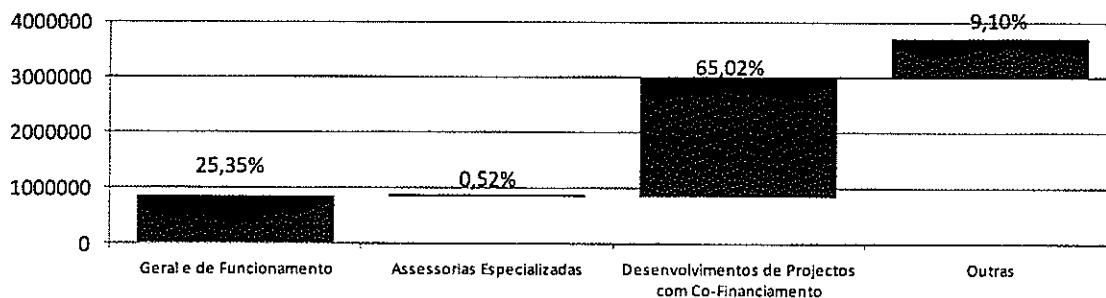
Quadro 2 – Orçamento 2014 (Receitas / Despesas – Correntes Capital)



II. 2.1 – Recursos Financeiros – Despesa

Funcionalmente, as despesas encontram-se enquadradas em quatro grandes grupos: (i) "Despesas gerais e de funcionamento"; (ii) "Assessorias especializadas"; (iii) "Desenvolvimento de projetos com co-financiamento comunitário"; (iv) e "Outras" (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Estrutura da Despesa



Passando, agora, à análise mais detalhada por nível de importância relativa, constatamos o seguinte:

(a) "Desenvolvimento de projetos com co-financiamento comunitário": cerca de 65% das despesas relacionam-se com o investimento direto da CIM Alto Minho em 32 projetos com co-financiamento comunitário em diversos domínios. Salienta-se neste ponto que:

(a.1) Algumas das candidaturas transitam de 2013, devido, no essencial, a deslizamentos temporais nas suas aprovações ou à morosidade nos procedimentos de pagamento dos co-financiamentos comunitários, sendo transferidas para 2014, para dar cumprimento integral aos seus objetivos e resultados.



(a.2) Dar-se-á arranque a cinco candidaturas que tiveram aprovação em 2013, caso do EGOV-@ltominho”, “ARPAD – Arquivo digital, supressão de papel na relação administrativa e conservação do património documental”, “Plano de Formação-ação para a Certificação da Qualidade”; Marketing “Minho IN” e “Alto Minho 2014-2020 - Plano de Ação de Desenvolvimento Intermunicipal”.

(a.3) Quatro candidaturas, apesar de submetidas em 2011 (no domínio da Atração de Investimento, da Cultura, da Eficiência Energética e da Gestão de Serviços intermunicipais), ainda aguardam aprovação por parte das entidades gestoras, pelos motivos explanados no II. 2 – Recursos Financeiros;

(a.4) O desenvolvimento das candidaturas já aprovadas irá permitir uma afetação praticamente integral dos recursos técnicos, de funcionamento e de apetrechamento geral dos serviços no ano de 2014, caso as Autoridades de Gestão venham a confirmar a aceitação das propostas de prorrogação temporal, ou pequenos ajustamentos financeiros, em particular, na candidatura de “Capacitação Institucional”.

(a.5) O conjunto de projetos em aprovados permite-nos avançar para o ano de 2014, com algum conforto, apesar das significativas condicionantes / incertezas anteriormente mencionadas.

(a.6) Salienta-se que a desagregação dos investimentos por projeto se encontra devidamente efetuada nos mapas das Grandes Opções do Plano.

(b) Nas “despesas gerais e de funcionamento” (25%), encontram-se incluídas, nomeadamente:

(b.1) “Despesas de Pessoal”, que mantêm em valores idênticos aos da execução efetiva para o ano de 2013.

(b.2) “Despesas de funcionamento”: despesas gerais de manutenção dos serviços dos edifícios da CIM Alto Minho em Viana do Castelo, Valença e Ponte de Lima, bem como da gestão corrente do Canil Intermunicipal. O valor desta componente mantém-se em valores idênticos aos de 2013, sendo parte das despesas suportadas pelos projetos comunitários.

(b.3) Por fim, “despesas de equipamento geral dos serviços”, crescem fruto da possibilidade do aproveitamento dos recursos do QREN, para a renovação e apetrechamento dos meios técnicos e pequenas intervenções de manutenção no edifício de Viana do Castelo.

(c) Nas “Outras despesas” (9%) encontram-se a Abertura de Limite para eventual contratação de Empréstimo de Tesouraria de montante idêntico ao do ano transato, e contribuições a liquidar relativas a anos anteriores.

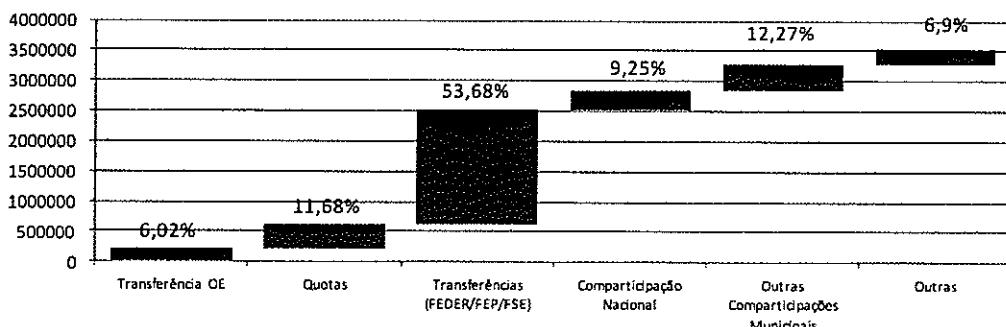


(d) As “assessorias especializadas” (0,52%) para provimento de serviços aos municípios sempre que se verifiquem ganhos de eficiência e de escala ou que o objeto da iniciativa tenha um âmbito supra-municipal.

II. 2.1 – Recursos Financeiros – Receita

As receitas que se estimam arrecadar na gerência de 2014, provêm, nomeadamente, de: (i) “Transferência de orçamento de Estado”; (ii) “Transferências dos municípios”, relativas a “quotas”, serviços da CIM Alto Minho e “contrapartida nacional” nos projetos com cofinanciamento comunitário desenvolvidos diretamente por esta; (iii) e “transferências (FEDER/FEP e FSE)” de projetos apresentados no âmbito do QREN.

Quadro 4 – Estrutura da Receita



Em termos de importância relativa, refira-se que:

- Cerca de metade das receitas (53%) provém do “desenvolvimento de projetos com cofinanciamento comunitário”. (Ver ponto c, II. 2.1 – Recursos Financeiros – Despesa);
- Em segundo lugar, salientam-se as “transferências dos municípios” (“comparticipação nacional”, “quotas” e “outras comparticipações nacionais”);
- As “transferências do orçamento de estado” correspondem a 212 mil euros, valor sensivelmente equivalente ao do ano transato;



(d) Por fim, nas “outras” componentes encontram-se as receitas provenientes da contração de empréstimo e outras receitas.

III – Avaliação & Seguimento

Tal como vem sendo referido nos Planos e Orçamento anteriores, pretende-se com a elaboração do presente documento não apenas dar resposta a uma obrigação legal, mas também estruturar um instrumento de gestão, monitorização e de avaliação do desempenho das atividades e da execução financeira que a CIM Alto Minho se propõe desenvolver.

Um exercício de monitorização do orçamento constitui um instrumento fundamental para permitir obter um quadro de gestão completo de suporte, quer ao seguimento das atividades da sua estrutura de apoio técnico, quer à prestação de informação aos órgãos competentes. O exercício de monitorização é, sobretudo, útil quando permite acompanhar de perto as diferentes situações de desempenho, identificando fatores de sucesso e constrangimentos relativos tanto à dinâmica da atividade, como às dificuldades de execução física e/ou financeira dos projetos e ações, com identificação de complementariedades e sinergias que permitam melhorar a qualidade e eficácia da gestão global. Neste sentido, dentro dos princípios de transparência e escrutínio da ação pública, serão efetuados pontos de situação nas reuniões da Assembleia Intermunicipal relativamente à implementação das atividades previstas no Plano.

A Assembleia Intermunicipal

O Conselho Executivo



PLANO DE ATIVIDADES: PRINCIPAIS INICIATIVAS E PROJETOS DA CIM ALTO MINHO – 2014



PRIORIDADE 1: SERVIÇOS PÚBLICOS LOCAIS E INTERMUNICIPAIS: QUALIFICAR, MODERNIZAR E RACIONALIZAR

I.1 PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO MINHO-LIMA 2007/2013

I.1.1 Enquadramento e Avaliação de Candidaturas

Com o objetivo de cumprir as obrigações da CIM Alto Minho, contratualmente assumidas no Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, assinado com a Autoridade de Gestão a 19 de Dezembro de 2008, a Estrutura de Apoio Técnico (EAT) para a Gestão do PTD (Programa Territorial de Desenvolvimento), levará a cabo as tarefas que lhe estão cometidas, nomeadamente:

- I. Analisar, avaliar e elaborar pareceres sobre candidaturas submetidas ao "Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima 2007/2013" ou à "Bolsa de Mérito";
- II. Elaborar proposta de extensão do processo de contratualização do acompanhamento físico, processual, jurídico e financeiro à "Bolsa de Mérito" e a outras tipologias do Programa Regional ON.2 "O Novo Norte";
- III. Sistematizar uma carteira de projetos dos Municípios com elevado grau de maturidade para candidatura a eventuais bolsas de *overbooking* no âmbito do QREN 2007-2013.

I.1.2 Apoio, Dinamização e Acompanhamento Físico, Processual, Jurídico e Financeiro

Ao nível do apoio, dinamização e acompanhamento dos projetos, as funções da EAT consistirão, nomeadamente, em:

- I. Acompanhar processual, jurídica e físico-financeiramente as operações aprovadas no âmbito do "Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima 2007/2013";
- II. Efetuar a análise, validação e certificação da despesa das operações aprovadas no âmbito do "Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima 2007/2013";
- III. Efetuar o apoio de helpdesk aos promotores de operações cofinanciados pelo "Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima 2007/2013";
- IV. Assegurar o acompanhamento das auditorias realizadas às candidaturas do "Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima 2007/2013".

I.2 INICIATIVAS INTERMUNICIPAIS DE PLANEAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAIS

I.2.1 Proteção Civil & Riscos

Em matéria de Proteção Civil e Riscos, a CIM Alto Minho visará, nomeadamente:

- I. Assegurar o acompanhamento das atividades e respetivo encerramento físico e financeiro do projeto "PROTEC GEORISK – Proteção Civil e Gestão de Riscos no Alto Minho", nos termos e nos timings previstos. O objetivo central deste projeto, aprovado pelo ON.2, do qual a CIM é chefe de fila, consistiu na qualificação dos serviços municipais de Proteção Civil, designadamente, na disponibilização e caracterização de cartografia de riscos e no apoio à revisão interna dos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil. Em 2014, pretende-se, já numa fase de conclusão dos trabalhos, dinamizar as seguintes atividades: i) apresentação do estudo técnico de tipificação dos Grandes Incêndios Florestais no Alto Minho, ii) apresentação da ação piloto de uso de fogo controlado em pinhal e iii) disponibilização de uma plataforma técnica colaborativa de acompanhamento e gestão de riscos para os 10 municípios do Alto Minho;
- II. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, em cenário favorável, à posterior execução da candidatura "EPI'S – Alto Minho – Equipamentos de Proteção Individual para combate a incêndios em espaços Naturais no Alto Minho", nos termos e nos timmigs previstos. A presente



- candidatura, apresentada ao POVT, pretende assegurar a aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil para os corpos de bombeiros, tendo como objetivo principal equipar, de forma transversal, integrada e uniforme 50% dos efetivos operacionais do quadro ativo das 12 corporações de bombeiros a operar no distrito de Viana do Castelo (abrangendo, assim, 336 elementos das 12 corporações de bombeiros);
- III. Análise de viabilidade da montagem técnica, financeira e institucional tendente ao desenvolvimento de uma proposta de modelo de gestão intermunicipal da Floresta.

1.2.2 Água & Saneamento

Ao nível da água e saneamento, a atividade da CIM Alto Minho pretende continuar a colaborar na definição das melhores soluções para o sistema de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em alta e em baixa, contribuindo por essa via para o aumento da qualidade da prestação de serviço e para a racionalização de custos para os Municípios que integram a CIM Alto Minho. Em 2014 salientam-se, nomeadamente, as seguintes atividades:

- I. Colaboração no desenvolvimento de um processo de concertação entre a CIM Alto Minho e as Águas de Portugal / Águas do Noroeste no domínio das águas e saneamento em alta, envolvendo, nomeadamente: (i) valores mínimos faturados; (ii) consumos mínimos; (iii) zonas de cobertura; (iv) reaproveitamento das infraestruturas existentes; (v) cedência de infraestruturas; (vi) pontos de entrega da alta;
- II. Colaboração no processo de estabilização do Modelo de Gestão Intermunicipal das Águas e Saneamento em Baixa, assegurando, nomeadamente, o apoio técnico à análise técnica, jurídica e financeira das principais soluções alternativas (Modelo Solução Intermunicipal vs Modelo “Parceria Estado – Autarquias” para Gestão das Águas e Saneamento em Baixa);
- III. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, em cenário favorável, à posterior execução da candidatura “Racionalização dos Sistemas de Distribuição em Baixa de Água e Saneamento”, nos termos e nos timings previstos.

1.2.3 Transportes

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho pretende em 2014 dar sequência ao processo de avaliação da viabilidade de constituição da Autoridade Intermunicipal de Transportes do Alto Minho e a todo o trabalho iniciado com a elaboração do “Estudo do Novo Modelo Organizativo para o Sector dos Transportes na área de influência da CIM Alto Minho” e dos Estudos “Reestruturação da Rede de Transportes Público Rodoviário” em cada Concelho, coligindo e sistematizando a informação de gestão indispensável ao planeamento e monitorização intermunicipal dos transportes. Neste âmbito será realizado o acompanhamento da solicitação efetuada à Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para se avaliar em conjunto a viabilidade técnica, institucional e financeira de criação da já referida Autoridade Intermunicipal de Transportes do Alto Minho.

1.2.4 Educação, Cultura e Ação Social

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho pretende, nomeadamente:

- I. Assegurar a dinamização e execução das iniciativas em curso no domínio da cultura, nomeadamente, ao nível de: (i) Apoio à gestão de equipamentos comuns de suporte às atividades culturais intermunicipais e locais (palcos, cadeiras, etc); (ii) Apoio aos Municípios de Paredes de Coura e Ponte de Lima na dinamização da candidatura “CULTREDE 2011-2013”; (iii) Análise de viabilidade da montagem técnica, financeira e institucional tendente ao desenvolvimento de uma iniciativa intermunicipal de dinamização e promoção sociocultural (a candidatar aos fundos estruturais);
- II. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, no cenário favorável, à posterior execução da candidatura CRIARTE – Promoção da Criatividade Territorial do Alto Minho, nos termos e nos timings previstos. Este projeto visa criar as condições técnicas, financeiras e institucionais para valorizar o capital simbólico e identitário do Alto Minho, através da mobilização dos seus atores em torno de uma estratégia intermunicipal de promoção de criatividade territorial;



- III. Apoiar a ação da delegação do Banco Alimentar Contra a Fome do Distrito de Viana do Castelo, colaborando com a disponibilização de veículo e na sua ação de distribuição nos dez Municípios do Alto Minho;
- IV. Dinamização do projeto “Capacitar para a Qualificação e Inovação das Redes Sociais do Minho-Líma”, abrangendo, nomeadamente: (i) a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Social dos 10 municípios; (ii) a estruturação do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social Intermunicipal (em curso).

1.2.5 E-GOV Local

No domínio do Egov Local, a ação da CIM Alto Minho em 2014 visa, nomeadamente:

- I. Assegurar a dinamização e execução da operação “EGOV- @lominho”, aprovada no âmbito do POFC-Compete, criando assim em 2014 as condições necessárias para que todos os municípios do Alto Minho possam evoluir, de comum acordo e numa perspetiva intermunicipal, para um standard mais elevado da qualidade dos serviços prestados e dos processos internos de gestão, ultrapassando as lacunas ou áreas deficitárias ainda existentes. Assim, durante o ano de 2014, serão criadas as condições técnicas e operacionais para alavancar a correta implementação das atividades previstas neste projeto, designadamente: i) promoção do e-gov local e regional, ii) promoção da rede e-empreende Alto Minho e iii) promoção de novas redes e desafios colaborativos regionais;
- II. Assegurar a dinamização e execução do projeto “ARPAD – Arquivo digital, supressão de papel na relação administrativa e conservação do património documental”, aprovado no âmbito do POCTEP 3ª Convocatória, sendo a CIM – Alto Minho entidade beneficiária e a Agência de Modernização Tecnológica da Galiza (AMTEGA) entidade coordenadora e beneficiária principal do projeto. Assim, no decorrer de 2014, a CIM – Alto Minho em articulação com os municípios desenvolverá as atividades necessárias à identificação e desenvolvimento de trabalhos com vista à implementação de soluções transversais de supressão de papel, em especial nos serviços que impliquem desenvolvimento e avaliação dos sistemas de gestão municipal.

1.2.6 Plano Intermunicipal de Formação para a Administração Local

No domínio da formação para a Administração Local, a CIM Alto Minho assume como prioridades para o ano 2014:

- I. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, no cenário favorável, à posterior execução do Plano Intermunicipal de Formação para a Administração Local, submetido ao POPH - Tipologias de Intervenção 3.4 Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local. O presente Plano Intermunicipal de Formação integra ações de formação na quase totalidade das áreas consideradas prioritárias, para as quais remete o Regulamento Específico, nomeadamente as seguintes alíneas: (i) Gestão e avaliação de projetos; (ii) Gestão e avaliação de desempenho de serviços, programas, dirigentes e trabalhadores e metodologias de melhoria contínua; (iii) Gestão de recursos humanos; (iv) Gestão financeira e orçamental e POCP; (v) Contratação pública e sistemas de aquisição de bens e serviços; (vi) Marketing público, comunicação institucional e atendimento; (vii) Gestão para a qualidade, liderança e gestão de equipas; (viii) Gestão do conhecimento; (ix) Tecnologias de informação e comunicação, sociedade de informação e administração eletrónica; (x) Literacia informática; Em termos globais, este Plano, de um ano, integra um total 54 cursos, 63 ações, prevendo abranger 1068 formandos ativos da Administração Local;
- II. Dinamização e seguimento do Plano de Formação-ação para a Certificação da Qualidade, aprovado em 2013. O projeto visa o desenvolvimento de intervenções na modalidade de formação-ação, adaptadas às necessidades de reorganização das estruturas e do modelo de gestão das autarquias locais a intervencionar, decorrentes da aplicação das novas disposições legais que lhes são aplicáveis, visando a melhoria dos processos de gestão das autarquias e o reforço das competências profissionais dos respetivos trabalhadores. As intervenções propostas integram-se nos seguintes domínios: (i) melhoria da eficiência e redução de custos;



- (ii) excelência em gestão; (iii) apoio à mobilidade interna. Em termos globais, este Plano, de um ano, integra 12 intervenções num total 96 ações, prevendo abranger 800 formandos ativos da Administração;
- III. Outros Programas/Projetos de Formação. A CIM Alto Minho pretende dar continuidade aos projetos de formação: (i) procedendo à elaboração de novas candidaturas e novos planos, sempre que haja abertura de períodos de candidatura ao POPH ou de outros Fundos Comunitários adequados; (ii) realizando ações de formação não financiadas, mas que sejam prioritárias e não estejam integradas dentro do Plano de Formação cofinanciado; (ii) prosseguindo, sempre que oportuno, com o estabelecimento de protocolos com entidades, como o INA, CEFA ou IGAP, entre outras, que pretendam colaborar no âmbito da Formação Profissional Autárquica.

I.3 PROMOÇÃO DA EFICÁCIA & EFICIÊNCIA DA GESTÃO INTERMUNICIPAL

I.3.1 Fornecimentos & Concursos Intermunicipais

Neste âmbito, a atividade da CIM abrange, nomeadamente:

- I. O desenvolvimento de procedimentos conjuntos no fornecimento de bens e serviços visando obter ganhos de escala e de eficiência, entre outras, nas seguintes áreas: (i) Aquisição de Energia Elétrica em Média e Baixa Tensão; (ii) Seguros; (iii) Economato; (iv) Bens de consumo corrente; (iv) Outros a identificar em conjunto com os municípios;
- II. A análise de viabilidade da montagem técnica, financeira e institucional tendente ao desenvolvimento de uma Central de Compras Intermunicipal para o fornecimento de bens e serviços comuns, com o objetivo de se reduzir os custos totais das compras através da agregação; obtenção de economias de escala e de redução de custos da operação.

I.3.2 Gestão de Competências Intermunicipais

Ao nível da gestão de competências intermunicipais, a atividade da CIM compreenderá a continuação das atividades associadas à gestão do Canil Intermunicipal, nomeadamente: (i) execução das medidas de profilaxia médica e sanitária determinadas pela legislação em vigor; (ii) receção e recolha de animais; (iii) promoção de feiras de adoção; (iv) controlo da população canina intermunicipal; (v) promoção do bem-estar animal, entre outras.

PRIORIDADE II: ECONOMIA REGIONAL: PROMOVER O POTENCIAL ENDÓGENO E OS FATORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE

II.1 CLUSTER “TURISMO & RECURSOS ENDÓGENOS”

II.1.1 Minho IN

Decorridos três anos desde o início da implementação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE MINHO IN, numa altura em que todos os projetos ainda foram já candidatados e aprovados, a CIM Alto Minho, na qualidade de entidade líder do Consórcio e de chefe de fila da candidatura de Marketing Territorial, pretende, nomeadamente:

- I. Assegurar a dinamização, a execução e o seguimento das candidaturas previstas no Programa de Ação do Minho IN nos termos e nos timings previstos (nomeadamente, (i) PA Golfe; (ii) PA PROVE MINHO IN; (iii) PA Vinhos Verdes I e II; (iv) PA EMPREENDE MINHO; (v) PA's Saúde e



- Bem-estar; (vi) PA's Artes e Produtos Tradicionais; (vii) PA Turismo de Natureza; (viii) PA Marketing Territorial);
- II. Promover ações de dinamização, concertação e encaminhamento, tendentes a assegurar a aprovação de projetos complementares e outros associados à iniciativa "Minho IN";
 - III. Prosseguir o plano de promoção e divulgação da EEC MINHO IN, particularmente, atualização constante do site MINHO IN; edição de jornais e outros materiais de divulgação, realização de uma sessão final – balanço da EEC MINHO IN;
 - IV. Assegurar a dinamização e execução das seguintes ações do projeto Marketing "Minho IN": (i) ação 1. – Gestão e Coordenação (incluir os trabalhos relacionados com as atividades de gestão e coordenação do projeto, subdividindo-se as mesmas entre Coordenação Estratégica, Coordenação Técnica, Apoio Técnico Permanente e de Proximidade); (ii) ação 2. – Sistema de Informação Minho IN (conceção, planeamento do Sistema de Informação MINHO IN; a implementação da plataforma Web do SI MINHO IN; a aquisição e recolha de conteúdos e dados); ação 3 - Plano de Desenvolvimento Turístico do Minho (visa-se trabalhar sobre os recursos turísticos identificados na ação 3, definido as melhores estratégias para a sua gestão); ação 4. – Marketing e Comunicação (plano de marketing, material promocional, publicidade, fam e press trips, participação em feira e portal promocional e redes sociais (gestão de conteúdos) e ação 5 - Promoção de Eventos (calendário anual de eventos de interesse na região Minho);
 - V. Desenvolver as diligências tendentes à aprovação de candidatura Minho IN – Assistência Técnica para o período remanescente de programação.

II.1.2 Turismo & Natureza

A ação da CIM Alto Minho neste âmbito centrar-se-á, nomeadamente, nas seguintes atividades:

- I. Assegurar o encerramento físico e financeiro do projeto "InterAM – Integração do Alto Minho em redes internacionais de percursos Cicláveis e Pedestres", nos termos e nos timings previstos, através da conclusão do dossier de acompanhamento, divulgação e promoção de resultados em redes internacionais;
- II. Assegurar a dinamização e execução da operação "ECOMINHO – Reabilitação e dinamização da rede de ecossistemas intertidais e ribeirinhos do Vale do Minho", nos termos e nos timings previstos. Este projeto visa, nomeadamente: (i) reabilitar e dinamizar a Rede de Ecossistemas ribeirinhos do eixo do rio Minho, (ii) promover o Ecoturismo, (iii) monitorizar a perda de Biodiversidade no Vale do Minho, (iv) proteger e conservar os territórios seminaturais, e v) sensibilizar as populações para as questões ambientais. Em 2014 prevê-se o acompanhamento da conclusão dos trabalhos de expansão da rede de ecovias na vertente Eixo do Rio Minho, nomeadamente, através da finalização dos trabalhos de infraestruturação da Ecopista do Rio Minho em Valença;
- III. Assegurar a dinamização e execução da operação "Pro|Seguindo", nos termos e nos timings previstos, abrangendo, nomeadamente: i) o acompanhamento dos trabalhos municipais de implementação da Rede de Grandes Rotas de Litoral e Montanha, e ii) o desenvolvimento dos projetos de expansão das redes de ecovias do eixo do rio Lima, com especial incidência nos municípios de Viana do Castelo e Ponte da Barca. Em 2014 prevê-se a conclusão dos trabalhos de definição de um plano de gestão e respetivas orientações estratégicas para os espaços rede NATURA 2000;
- IV. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, no cenário favorável, à execução da candidatura "BIOLANDSCAPE ALTO MINHO - Visitação de Paisagens Biodiversas e Turismo Sustentável no Alto Minho", nos termos e nos timings previstos. A presente candidatura, submetida no âmbito do Aviso de abertura da Gestão Ativa de Espaços Protegidos do ON.2, apresenta como objetivo geral: promover a valorização sustentável do turismo de natureza no território do Alto Minho, visando a prossecução dos seguintes objetivos específicos: i) Reconhecimento das Paisagens e Percursos Sustentáveis, ii) Valorização da Rede de Percursos Verdes Cicláveis, iii) Valorização da Rede de Percursos Verdes Pedestres, iv) Qualificação e



- capacitação das estruturas de receção e apoio à visitação, e v) Valorização, gestão ativa e preservação da rede de biodiversidade do Alto Minho;
- V. Assegurar a dinamização e execução da candidatura "VALOR GERÊS - XURÉS", aprovada pelo POCTEP, através, nomeadamente, do desenvolvimento das seguintes ações: (i) Conclusão da rede de Portas do Parque, com a construção de 6 Portas no Parque do Xurés; (ii) Dinamização e gestão das Portas do Parque da Peneda-Gerês, no sentido do reforço da sua atuação, enquanto recurso fundamental na estruturação do sistema de visitação ao Parque Transfronteiriço; (iii) Criação de um modelo de gestão comum das Portas do Parque Transfronteiriço; (iv) Fomento do empreendedorismo na área do Parque Transfronteiriço e criação de valor acrescentado aos produtos e serviços endógenos. Este projeto liderado pela CIM Alto Minho, prevê investimentos em todos os municípios (Portugueses e Espanhóis) do Parque Gerês –Xurés. A atividade da CIM Alto Minho em 2014 concentrar-se-á, em particular, na dinamização de um processo participativo de desenvolvimento do modelo de gestão das portas do Parque Transfronteiriço o qual servirá um duplo objetivo: i) permitir o funcionamento em rede da totalidade das 11 portas do Parque Transfronteiriço e ii) elaborar um documento de referência para a entrada em funcionamento e abertura das Portas a construir;
- VI. Assegurar a dinamização da execução da candidatura "Comunidade Territorial de Cooperação – CTC II", aprovada no âmbito do POCTEP, englobando, nomeadamente: (i) a realização de debate temático sobre as questões relacionadas com a cooperação transfronteiriça no âmbito das Ecovias e Percursos Pedestres; (ii) a promoção das ecovias e percursos pedestres do espaço transfronteiriço, abrangendo o levantamento das ecovias e de toda a informação relevante sobre turismo de natureza, a qual será agregada e disponibilizada aos potenciais turistas através da produção e publicação de um guia de atividades ecoturísticas transfronteiriço, que organize e integre a oferta ecoturística deste território, bem como da edição de livros temáticos (fotografia e desenho).

II.2 CLUSTER "ECONOMIA DE MAR"

II.2.1 "GAC Litoral Norte" – PROMAR

O GAC Alto Minho, enquanto Organismo Intermédio da Autoridade de Gestão para a dinamização e monitorização de candidaturas às ações do Eixo IV do PROMAR - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca, do Programa Operacional, desenvolverá em 2014, nomeadamente, as seguintes atividades:

- I. Assegurar a dinamização transversal do "GAC Litoral Norte 2007/2013", abrangendo, nomeadamente, o acompanhamento de projetos e de promotores, o estímulo e a estruturação da procura, ou, ainda, as ações de informação e comunicação;
- II. Dinamizar, monitorizar e acompanhar a iniciativa "Aldeias de Mar";
- III. Analisar, avaliar e elaborar pareceres sobre candidaturas submetidas ao "GAC Litoral Norte 2007/2013";
- IV. Acompanhar processual, jurídica e físico-financeiramente os projetos aprovados no âmbito do "GAC Litoral Norte 2007/2013";
- V. Efetuar a análise, validação e certificação da despesa dos projetos aprovados no âmbito do "GAC Litoral Norte 2007/2013";
- VI. Efetuar o apoio de helpdesk aos promotores de projetos cofinanciados pelo "GAC Litoral Norte 2007/2013";
- VII. Assegurar o acompanhamento das auditorias realizadas às candidaturas do "GAC Litoral Norte 2007/2013";
- VIII. Assegurar o acompanhamento das políticas estratégicas para o setor, em particular, no âmbito do Eixo "Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca" do Fundo Europeu Marítimo e das Pescas 2014-2020 (FEAMP).



II.2.2 Iniciativa "Náutica no Alto Minho"

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho em 2014 prosseguirá, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- I. Assegurar a dinamização, a execução e o seguimento transversal das candidaturas previstas no Programa de Ação “Centro de Mar”, contemplando as seguintes operações: (1) Programa de promoção e comunicação; (2) Centro de Interpretação Ambiental e Centro de Documentação do Mar; (3) Equipamento de Remo de Viana do Castelo; (4) Equipamento de Vela; (5) Centro de Canoagem de Viana do Castelo;
- II. Assegurar a execução da candidatura “Programa de promoção e comunicação” nos termos e nos timings previstos. Esta candidatura, aprovada pelo ON.2, visa, fundamentalmente: (i) a orientação efetiva e ativa do posicionamento global da região promotora como uma região marítima direcionada para as atividades náuticas; (ii) criação de uma marca distintiva ligada à costa atlântica, claramente identificadora e diferenciadora da região; (iii) e constituição de um núcleo de desenvolvimento em rede, nomeadamente com as cidades costeiras e os restantes pontos do Espaço Atlântico Europeu, complementando-os e abrindo novas oportunidades de cooperação e desenvolvimento. A concretização de tal desiderato compreenderá, nomeadamente: (i) Constituição e funcionamento do Centro de Mar; (ii) Criação da marca para o Centro de Mar; (iii) Ações promocionais do Centro de Mar; (iv) Dinamização e Internacionalização do Centro de Mar; (v) Plataforma Integrada de Comercialização; (vi) Programa base e conteúdos para o Centro de Interpretação Ambiental e Centro de Documentação Marítima; (vii) Promoção de eventos náuticos; (viii) Plano de Certificação;
- III. Assegurar a execução da candidatura NEA2+, que prolonga as atividades do “Nautisme Espace Atlantique” (NEA) até junho de 2014, no âmbito do Programa Transnacional Espaço Atlântico (essencialmente, ações de cooperação e de boas-práticas com outras regiões parceiras);
- IV. Assegurar e acompanhar as dinâmicas de cooperação e de trabalho em rede que decorreram da implementação deste projeto, nomeadamente com a região da Bretanha (França): (i) potenciando e contribuindo para a concretização dos objetivos e atividades previstas no âmbito da iniciativa “Centro de Mar”; (ii) trabalhando conjuntamente com a parceria no sentido de aproveitar eventuais oportunidades de elaboração de um novo projeto (NEA 3) no âmbito da temática da náutica, a submeter no futuro período de programação;
- V. Assegurar a dinamização e execução da candidatura “PROMARE – Proteção Ativa do Património do Mar”. No âmbito desta candidatura, a CIM Alto Minho, enquanto entidade parceira, promoverá, em 2014, as medidas tendentes (i) ao fecho da conceção de rota terrestre complementar à uma Rota Marítima e (ii) ao fecho da elaboração de material de apoio à visitação. Manter-se-á o apoio aos parceiros portugueses, nomeadamente aos Municípios de Viana do Castelo e Caminha, no desenvolvimento das atividades de interlocução com o Líder de Consórcio.

II.3 FATORES TRANSVERSAIS DE COMPETITIVIDADE

II.3.1 Iniciativa “Empreendedorismo” no Alto Minho

No âmbito do projeto do Empreendedorismo, que visa, essencialmente, a criação de um ecossistema empreendedor, a CIM Alto Minho pretende assegurar em 2014 a dinamização e execução das ações previstas na iniciativa “Empreendedorismo no Alto Minho”, abrangendo, nomeadamente, as seguintes vertentes:

- I. Educação para o Empreendedorismo, onde se prevê a continuidade do desenvolvimento de um conjunto de iniciativas que promovam na comunidade educativa competências e atitudes empreendedoras, desde o Ensino Básico, Secundário, Profissional e Superior, nomeadamente, o acompanhamento e monitorização de nova amostra de docentes que irão implementar o manual de empreendedorismo - “Ter Ideias para Mudar o Mundo” em escolas do Alto Minho; assim como a publicação dos resultados do projeto e exposição dos mesmos;



- II. Empreendedorismo Social, onde se pretende assegurar o acompanhamento do projeto "Capacitar para a Qualificação e Inovação das Redes Sociais do Minho-Lima", que prevê o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas junto das entidades que integram as Redes Sociais do Alto Minho, abrangendo nomeadamente: (i) elaboração do Estudo de Roadmap do Empreendedorismo Social no Alto Minho; (ii) realização de ações de capacitação e de sensibilização; (iii) estruturação de uma bolsa de projetos sociais;
- III. Apoio ao Empreendedorismo, que visa desenvolver esforços no sentido de consolidar a Rede, nomeadamente: (a) disponibilizar um sistema de informação que permita aos agentes da Rede executar as suas funções com recurso a uma ferramenta informática; (b) desenvolver ações de capacitação e qualificação da rede; (c) identificar os recursos locais ociosos que possam ser mobilizados e utilizados pelos empreendedores; e (d) identificar as oportunidades de negócio a nível local.

II.3.2 Iniciativa "Empregabilidade" no Alto Minho

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho visa dinamizar em 2014, nomeadamente, as seguintes ações:

- I. Assegurar a dinamização e seguimento da iniciativa intermunicipal "Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho" através da mobilização de redes de concertação territoriais, decisivas para melhorar o ajustamento entre a oferta de qualificações e as necessidades e oportunidades específicas e distintivas do mercado de trabalho do Alto Minho. Em 2014 prevê-se, nomeadamente: (i) A estabilização do Diagnóstico Sintético, em parceria com a DREN, o IEFP e os principais parceiros das redes de concertação setorial associadas às especializações económicas do Alto Minho; (ii) A elaboração do Plano de Ação do Pacto para a Empregabilidade, também em parceria com as referidas instituições; (iii) A celebração do Pacto para a Empregabilidade por parte dos principais atores institucionais territoriais setoriais.
- II. Dinamização e seguimento do "Alto Minho in Motion", aprovado no âmbito do PROALV e que visa contribuir para a promoção da mobilidade e empregabilidade dos jovens do Alto Minho, auxiliando-os a suplantar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, promovendo a troca de experiências de trabalho e conhecimentos, de renovação e inovação de saberes, alargando as suas competências e permitindo-lhes o contacto com novas realidades e culturas. Serão selecionados 12 jovens desempregados residentes ou que tenham frequentado o ensino profissional ou universitário no Alto Minho, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos para estagiarem em entidades em França e Espanha. A presente Ação assume a modalidade de estágio em contexto de trabalho noutros Países da União Europeia, tendente a desenvolver nos participantes as suas experiências profissionais em domínios de competências chave para promover a competitividade dos principais setores de especialização endógenos do Alto Minho.

II.3.3 Iniciativa "Atratividade Territorial" do Alto Minho"

Neste âmbito, a CIM Alto Minho pretende concretizar em 2014, nomeadamente, as seguintes ações:

- I. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, em cenário favorável, à posterior execução da candidatura "Alto Minho INVEST", apresentada ao ON.2/Bolsa de Mérito. Esta iniciativa visa a dinamização da atratividade territorial, contemplando ações como: (i) a estruturação, o encaminhamento e o seguimento de iniciativas e negócios de base local, (ii) a estruturação e dinamização de ações de promoção da atratividade territorial, dos seus recursos institucionais e dos principais sistemas produtivos locais, ao nível nacional e internacional (designadamente, na diáspora portuguesa); (iii) a estruturação e desenvolvimento de iniciativas de redução de custos de contexto sub-regionais e locais, nomeadamente, ao nível dos serviços, do enquadramento regulamentar e dos respetivos documentos de suporte à gestão; (iv) a promoção conjunta da rede intermunicipal de acolhimento empresarial, assegurando ainda a atualização da respetiva informação nas principais plataformas supramunicipais e nacionais; (v)



- a constituição de bolsas de ideias para a promoção e cooperação externa; (vi) a monitorização e seguimento de dinâmicas territoriais.
- II. Assegurar a integração dos antigos portais do Vale do Minho e VALIMAR (promovidos no âmbito do Programa "Cidades e Regiões Digitais) no Portal "altominho.pt", abrangendo, nomeadamente: i) um upgrade das aplicações SIG Municipal (Componente de Back Office e Front Office municipais), ii) a monitorização de serviços on-line municipais e regionais; iii) o reforço da informação digital no que se refere à componente de Empreendedorismo/atração de investimento; e iv) gestão da base de pontos de interesse regional disponibilizada nos portais regionais dos projetos anteriormente referidos.
- III. Assegurar a manutenção e divulgação da plataforma Mapas Interativos do Alto Minho, desenvolvida no âmbito da integração e desenvolvimento de conteúdos digitais turísticos (modelos 3d, vídeos e visitas virtuais), através das seguintes atividades: i) divulgação da plataforma, ii) manutenção, atualização e incorporação de conteúdos temáticos e iii) avaliação de desenvolvimento de versão mobile para smartphones e tablets.
- IV. Assegurar o acompanhamento das atividades relacionadas com a definição dos termos de referência e posterior desenvolvimento aplicacional do Portal da Atratividade Territorial do Minho IN a desenvolver em parceria pelas CIM's do Minho Lima, Ave e Cávado. Este acompanhamento visa, no decorrer de 2014, assegurar a adaptabilidade e escalabilidade do referido portal com o objetivo de garantir a sua interoperabilidade com o portal "altominho.pt", reforçando assim os níveis de serviços do atual portal regional do Alto Minho.
- V. Dinamização das ações tendentes ao lançamento de Aviso e posterior submissão de candidaturas à linha de ação "Rede Nacional de Parcerias Territoriais de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social de Base Local" do Programa Valorizar (parcerias territoriais intermunicipais para o empreendedorismo, investimento empresarial e assistência empresarial).

II.3.5 Iniciativa "Alto Minho Sustentável"

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho concentrar-se-á, nomeadamente, em:

- I. Assegurar a aprovação e, posterior, execução da candidatura "Iluminar o Alto Minho", nos termos e nos *timings* previstos. Esta candidatura, submetida ao POVT, tem como objetivo geral a melhoria da eficiência energética, nomeadamente, através da redução dos consumos energéticos e emissões de CO₂ a estes associados, da implementação de um Sistema de Gestão de Energia na área da Iluminação Pública e da instalação de equipamentos indutores de maior eficiência energética. Para a concretização destes objetivos serão promovidas as seguintes ações: (i) Realização de estudos técnicos e complementares da iluminação pública, da responsabilidade dos Municípios, de forma a determinar, entre outros, os consumos de cada concelho associados à Iluminação Pública (análise da faturação energética), os reguladores de fluxo luminoso a serem intervencionados e a redução de consumos e emissões de CO₂ associadas; (ii) Georreferenciação e monitorização dos equipamentos que integram os diversos sistemas de iluminação Pública concelhos; (iii) Divulgação da operação e dos respetivos *outputs*; (iv) Aquisição e instalação, a realizar pelos Municípios, de reguladores de fluxo luminoso nos postos de transformação, bem como de Luminárias LED e de tecnologia LED em instalações semafóricas. Importa referir que a suprarreferida candidatura resulta da reformulação de candidaturas apresentadas em finais de 2009 e, posteriormente, em meados de 2011, ao programa ON.2. À data aguarda-se a aprovação da candidatura "Iluminar o Alto Minho" com vista a dar sequência às atividades nela previstas.
- II. Dinamização e seguimento da iniciativa da Comissão Europeia "Pacto de Autarcas", comprometendo-se os municípios signatários a ultrapassar as metas traçadas pela política energética da UE em matéria de redução das emissões de CO₂ através de um aumento da eficiência energética e de uma produção e utilização mais limpa da energia, bem como do aproveitamento dos recursos energéticos renováveis endógenos. Os "Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética" realizados com a colaboração da Área Alto Minho, encontram-se concluídos e aprovados pelos respetivos Executivos Camarários. À data, 9 dos 10 planos



submetidos já se encontram aprovados pela Comissão Europeia, estando o remanescente em fase de análise. Importa referir que este documento, de índole estratégica, é um dos *outputs* previstos no âmbito da iniciativa 'Pacto de Autarcas', elencando, em termos de conteúdo, um conjunto de ações/medidas (em setores tão diversos como: (i) 'Edifícios, Equipamentos/Instalações'; (ii) 'Transportes'; (iii) 'Planeamento e Ordenamento do Território'; (iv) 'Compras Públicas de Bens e Serviços' e (v) 'Trabalho com os Cidadãos e Atores Locais'), cuja implementação permitirá o cumprimento da meta de redução de 20% das emissões de CO₂ até 2020 assumida aquando da adesão àquela iniciativa europeia. Em 2014, dar-se-á continuidade à implementação dos referidos "Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética" e à monitorização da evolução quer dos consumos energéticos registados quer da utilização de recursos energéticos renováveis endógenos.

- III. Implementar a candidatura "Monitorização e gestão dos consumos de energia", nos termos e nos timings previstos. Esta candidatura/reformulação, submetida e aprovada pelo ON2, tem como objetivos principais: diminuir os consumos de energia elétrica dos equipamentos Escolares e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Sensibilizar e educar para a poupança energética, e como meta principal a redução do consumo energético dos equipamentos alvo na ordem dos 20%. Para a concretização destes objetivos e meta serão levadas a cabo as seguintes ações: i) Instalação de Sistemas de Monitorização e Gestão em 10 escolas e 6 Instituições Particulares de Solidariedade Social; ii) Acompanhamento da instalação dos equipamentos e Monitorização dos consumos energéticos nos edifícios selecionados em i); iii) Sensibilização e Capacitação – nesta ação serão produzidos conteúdos relativos à eficiência energética que serão disponibilizados on line e 3000 desdobráveis de promoção do projeto e explicativos do tema. No âmbito desta ação serão ainda realizadas ações de sensibilização dos alunos e dos utentes das IPSS's para a importância das práticas de eficiência energética. Será ainda desenvolvida uma ação de informação, dirigida aos técnicos dos municípios, responsáveis pela área de urbanismo, aos quais serão fornecidas ferramentas para tomada de decisões relativas à eficiência energética em edifícios; iv) Divulgação de resultados. Neste âmbito serão criadas campanhas de comunicação no website da CIM Alto Minho, criadas Newsletters e serão ainda realizadas sessões de divulgação com o intuito de apresentar o projeto e os resultados obtidos aquando da respetiva implementação à escala piloto.
- IV. Assegurar as condições tendentes à aprovação e, no cenário favorável, à posterior execução da candidatura "Galvanizing Local Energy Efficiency in Alto Minho", nos termos e nos timings previstos. Esta candidatura, submetida ao Mobilising Local Energy Investments – Project Development Assistance (MLEI-PDA) do Programa Energia Inteligente Europa (EIE), tem como objetivo geral alavancar um conjunto de investimentos em medidas de eficiência energética e de aproveitamento de recursos energéticos renováveis endógenos com vista à melhoria do desempenho energético-ambiental dos sistemas de iluminação pública e de um conjunto de equipamentos desportivos (piscinas e pavilhões municipais). A implementação desta candidatura pressupõe a implementação de um conjunto de atividades conducentes à elaboração de dois procedimentos consursais de diálogo concorrencial com vista à celebração de contratos performance energética com Empresas de Serviços Energéticos.

II.3.4 Iniciativa "Modernização da Linha do Minho"

Estruturação e seguimento de proposta para a "Modernização da Linha do Minho". Neste âmbito continuarão a ser desenvolvidas as ações de seguimento técnico e institucional tendentes à melhoria da acessibilidade ferroviária entre Porto e Vigo (Linha do Minho), visando o seu enquadramento no QREN ou no próximo Acordo de Parceria 2014-2020.



PRIORIDADE III: ESTRATÉGIA E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL: PLANEAR, COOPERAR E CAPACITAR

III.1 ESTRATÉGIA ALTO MINHO 2020

III.1.1 Dinamização e seguimento da Estratégia "Alto Minho 2020"

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho concentrar-se-á, nomeadamente, em:

- I. Assegurar a dinamização e seguimento da estratégia Alto Minho 2020, consubstanciada no Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, visando, através de articulação e concertação estratégica regional dos seus órgãos de governação, dar a necessária sequência à montagem física, financeira e institucional das iniciativas, projetos e ações previstos no respetivo “Plano Global de Ação” (nomeadamente, através da ação dos Grupos de Dinamização e Seguimento) e ao acompanhamento global da iniciativa.
- II. Assegurar a dinamização e execução da candidatura “Alinhamento e Mobilização Estratégica para a Competitividade do Alto Minho”, nos termos e nos timings previstos, abrangendo, nomeadamente: (i) finalização dos outputs do Estudo; (ii) realização das visitas internacionais e acolhimento de opinion makers tendo em vista a estruturação da bolsa de iniciativas/ideias; (iii) realização dos Focus Group/workshops temáticos orientados para temáticas chaves centrais para a região (nomeadamente, nos domínios da empregabilidade e internacionalização).
- III. Assegurar a dinamização e execução da candidatura “Alto Minho 2014-2020 - Plano de Ação de Desenvolvimento Intermunicipal”, aprovada no âmbito do POATFEDER, tendo em vista a preparação do período de programação 2014-2020, nomeadamente, através da elaboração dos programas de ação 2014-2020.
- IV. Assegurar a dinamização e seguimento do Protocolo entre CIM Alto Minho e IPVC para apoio institucional a dissertações “Alto Minho 2020”.
- V. Assegurar a dinamização de ciclo de eventos de promoção do desenvolvimento económico e social “Alto Minho 2020”.

III.1.2 Estruturação de Informação Estratégica para a monitorização das Dinâmicas Sócio-Económicas e Territoriais do Alto Minho

A este nível, far-se-á uma análise de viabilidade da montagem técnica, financeira e institucional das ações tendentes à estruturação de informação estratégica para a monitorização das dinâmicas socioeconómicas e territoriais do Alto Minho, abrangendo, nomeadamente, as seguintes vertentes: (i) Incidência no Alto Minho do QREN, PRODER e PO Pescas; (ii) Indicadores de Conjuntura Trimestral do Alto Minho; (iii) Relatório Anual sobre o Estado do Alto Minho; (iv) Estruturação da Informação sobre Sistemas de Incentivos aprovados no Alto Minho.

III.1.3 Promoção de Iniciativas de Desenvolvimento Regional “Alto Minho 2020”

Neste âmbito, a CIM Alto Minho pretende desenvolver ações de apoio técnico, de atualização permanente de informação, de articulação e organização inter-institucional, de estruturação, de dinamização, de execução e de acompanhamento de projetos de desenvolvimento económico, social e territorial do Alto Minho no horizonte 2014-2020, bem como de sensibilização e informação às entidades regionais sobre as possibilidades de recurso a instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional, em particular, o ON.2, os Programas Temáticos, PRODER, PO Pescas e Programas de Iniciativa Comunitária 2007-2013 e 2014-2020.



III.2 REDE INSTITUCIONAL REGIONAL

III.2.1 Órgãos da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Desenvolver ações de apoio técnico e de articulação institucional com o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, Assembleia Intermunicipal, Secretariado Intermunicipal e Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, abrangendo, nomeadamente: (i) o apoio à realização de reuniões dos referidos órgãos; (ii) a dinamização, em articulação com aqueles órgãos, de ações complementares de informação e debate sobre temas chave para o desenvolvimento do Alto Minho; (iii) a realização de diligências complementares e de ações de *follow up* das decisões definidas no âmbito daqueles órgãos.

III.2.2 Redes e Parcerias Regionais e Sub-regionais

Desenvolver ações de apoio técnico e colaboração institucional às seguintes redes e parcerias regionais e sub-regionais: (i) Comunidade Portuária de Viana do Castelo; (ii) Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Alto Minho; (iii) Agência de Energia do Alto Minho; (iv) ADRIL; (v) Valicom e Minhocom, onde foram adquiridas as participações sociais detidas pelas Associações de Municípios do Vale do Minho e VALIMAR ComUrb e se pretende agora, em 2014, assegurar as condições tendentes à respetiva fusão.

III.2.3 Redes, Parcerias e Iniciativas Transfronteiriças

Ao nível das redes e parcerias transfronteiriças, a CIM Alto Minho prevê:

- I. Dinamização e seguimento do Plano de Ação para a Cooperação Transfronteiriça 2014-2020 do Alto Minho Transfronteiriço, assegurando e acompanhando as dinâmicas de cooperação e de trabalho em rede e potenciando a dinamização das parcerias e contactos estratégicos suscetíveis de apoiarem e desenvolverem ações conjuntas de interesse local, numa partilha de objetivos e interesses das instituições transfronteiriças.
- II. Assegurar a dinamização e finalização da candidatura “Melhoria dos serviços coletivos de proximidade nas Regiões de Fronteira”, abrangendo, nomeadamente, a apresentação do relatório final do plano diretor da rede de serviços e equipamentos públicos transfronteiriços e a operacionalização do modelo de gestão conjunta de equipamentos e serviços nos concelhos piloto de Melgaço/Arbo/A Cañiza e Valença/Tui. De assinalar que este projeto, aprovado no âmbito do POCTEP, tem como objetivo geral uma maior racionalização e qualificação dos serviços e equipamentos públicos transfronteiriços e a constituição de uma plataforma de entendimento de forma a tornar possível a definição de um modelo de prestação/gestão de Serviços Públicos Transfronteiriço, assente no princípio de que os utentes portugueses e galegos deverão ter acesso, nas mesmas condições, aos serviços de proximidade existentes nos dois lados da fronteira.
- III. Dinamização e seguimento de proposta de constituição e participação da CIM Alto Minho em Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Minho Transfronteiriço, designado por UNIMINHO – AECT do Minho Transfronteiriço, conjuntamente com a Deputación de Pontevedra e logo que possível com a Deputación de Orense.

III.3 GESTÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

III.3.1 Organização e Gestão de Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho em 2014 incidirá, nomeadamente, nas seguintes vertentes:

- I. Habilitar a estrutura técnica da CIM Alto Minho, dotá-la de meios operacionais e logísticos, para a maior eficiência e eficácia, nas atividades desenvolvidas.
- II. Proceder aos registo contabilistas;



- III. Proceder ao acompanhamento e tramitação dos projetos com cofinanciamento nacional e comunitário;
- IV. Elaborar aos Grandes Opções do Plano e Relatórios de gestão, bem como dos relatórios intermédios de informação de gestão;
- V. Efetuar as funções de aprovisionamento, assegurando a tramitação administrativa necessária aos diversos processos de aquisição e contratação pública;
- VI. Capacitar a estrutura técnica nos novos domínios de intervenção da CIM Alto Minho.
- VII. Executar os procedimentos administrativos relacionados com recrutamento, provimento, promoção, transferência e cessação de funções de pessoal;
- VIII. Elaborar listas de antiguidades;
- IX. Efetuar contratos de pessoal, de acordo com a legislação em vigor;
- X. Assegurar e manter atualizado o cadastro de pessoal;
- XI. Proceder ao registo e controlo de assiduidade;
- XII. Realização do sistema de avaliação SIADAP.
- XIII. Efetuar o reporte de informação relativa aos recursos humanos nos termos da legislação em vigor;
- XIV. Elaboração de candidatura para a promoção de 4 estágios profissionais, a realizar na CIM Alto Minho em diferentes áreas, no âmbito do programa de Estágios do IEFP, no ano de 2014.

III.3.2 Capacitação Institucional da CIM do Alto Minho

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho em 2014 incidirá, nomeadamente, nas seguintes vertentes:

- I. Assegurar a dinamização e execução da candidatura “Capacitação Institucional da CIM do Alto Minho 2011-2012” nos termos e nos timings previstos. Esta candidatura aprovada pelo ON.2 (com conclusão prevista para meados de 2014), tem permitido dotar a CIM Alto Minho de recursos que lhe permitem desenvolver um conjunto de propostas de intervenção em domínios prioritários, nomeadamente, de capacitação institucional; de desenvolvimento económico e social; de desenvolvimento turístico; de desenvolvimento sustentável; e de melhoria e racionalização no provimento/preSTAção de bens e serviços.
- II. Análise de viabilidade da montagem técnica, financeira e institucional tendente ao desenvolvimento da iniciativa intermunicipal “Capacitação Institucional da CIM do Alto Minho 2014-2015”.

III.2.3 Informação e Comunicação

Neste âmbito, a ação da CIM Alto Minho em 2014 incidirá, nomeadamente, nas seguintes vertentes:

- I. Análise de viabilidade da montagem técnica e institucional das ações tendentes à melhoria dos principais canais de comunicação da CIM do Alto Minho (Site, Newsletter, etc);
- II. Desenvolvimento das ações previstas nos contratos estabelecidos com o Porto Canal, Pera Doce e Media Lusa, procurando aprofundar as vertentes de promoção territorial do Alto
- III. Assegurar a execução das ações do “Programa de Promoção e Comunicação” da candidatura Centro de Mar nos termos e nos timings previstos, nomeadamente, (i) desenvolvimento de ações promocionais; (ii) plataforma integrada de comercialização; (iii) e promoção de eventos náuticos;
- IV. Assistência aos projetos aprovados ou em curso, no desenvolvimento dos seus planos de comunicação e na organização de eventos;
- V. Criação de materiais informativos e promocionais (conteúdos para brochuras, flyers, desdobráveis, painéis, etc.) destinados a divulgar as ações e atividades produzidas no âmbito dos projetos e programas geridos pela CIM e a manutenção e criação de websites e de canais das redes sociais;
- VI. Dinamização do site altominho.pt enquanto instrumento fundamental para apoiar a gestão e disseminação de informação estratégica sobre o Alto Minho, reforçando a sua identidade territorial ao nível das seguintes vertentes:



- (i) Alto Minho para VIVER, com excelentes condições de vida e segurança, serviços municipais mais próximos do cidadão, opções diversificadas de lazer e acessibilidade a infraestruturas e serviços básicos de qualidade;
 - (ii) Alto Minho para VISITAR, muito rico em costumes e tradições, património histórico e ambiental, um território de aventura e descoberta, que oferece ainda cultura, lazer e uma gastronomia única;
 - (iii) Alto Minho para INVESTIR, gerador de oportunidades de emprego, indutor de empreendedorismo e com capacidade de captação de investimento, que facilite a instalação rápida de unidades empresariais e conceda aos atores locais e empresariais instrumentos de afirmação de competitividade empresarial;
- VII. Difusão de outras atividades nos meios de comunicação social através da elaboração de notas de imprensa, anúncios nos jornais, e net.



Orçamento e Grandes Opções do Plano (Contas)

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MINHO\LIMA (CIM ALTO MIN)

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	3.143.089,17	Correntes	3.038.117,60
De capital	376.793,82	De capital	481.765,39
Total	3.519.882,99	Total	3.519.882,99
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	3.519.882,99	Total Geral	3.519.882,99

Conselho Intermunicipal

Em 5 de Dez de 2013

Assembleia Intermunicipal

Em 25 de Dez de 2013

Miguel Alves

J. M. Alves

ENTIDADE
CIML

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

APROVACOES :

Executivo _____

Deliberativo _____

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014

RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES					
01 IMPOSTOS DIRECTOS			01 DESPESAS COM O PESSOAL	695.412,37	19.8
02 IMPOSTOS INDIRECTOS			02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.307.026,23	65.5
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	200,00	0.0	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.703,00	0.1
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.000,00	0.0	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.869,00	0.1
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.070.981,73	87.2	05 SUBSÍDIOS		
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	70.904,44	2.0	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.109,00	0.8
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,00	0.0			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.143.069,17	89.3	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	3.038.117,60	86.3
RECEITAS DE CAPITAL					
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	300,00	0.0	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	306.749,39	5.7
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.393,82	5.7	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12,00	0.0
11 ACTIVOS FINANCEIROS			09 ACTIVOS FINANCEIROS	2,00	0.0
12 PASSIVOS FINANCEIROS	175.000,00	5.0	10 PASSIVOS FINANCEIROS	175.000,00	5.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.100,00	0.0	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	376.793,82	10.7	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	481.765,39	13.7
TOTAL GERAL	3.519.882,99	100.0	TOTAL GERAL	3.519.882,99	100.0

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	3.143.089,17
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	200,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	200,00
04.02.01	JUROS DE MORA	100,00
04.02.99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	100,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.000,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	1.000,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.070.981,73
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	400,00
06.01.01	PÚBLICAS	300,00
06.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS	100,00
06.01.01.02	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	100,00
06.01.01.99	OUTRAS	100,00
06.01.02	PRIVADAS	100,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.934.381,14
06.03.01	ESTADO	212.015,00
06.03.01.99	OUTROS	212.015,00
06.03.06	ESTADO-PART.COMUNITÁRIA PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1.722.266,14
06.03.06.01	FEDER	1.276.920,58
06.03.06.02	FSE	240.273,77
06.03.06.03	FEP	88.022,26
06.03.06.04	FUNDO COESÃO	117.049,53
06.03.07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	100,00
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1.126.100,59
06.05.01	CONTINENTE	1.126.100,59
06.05.01.01	MUNICÍPIOS	1.126.100,59
06.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	72.468,04
06.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE CAMINHA	72.123,16
06.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	180.990,17
06.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MONÇÃO	134.850,89
06.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	77.537,94
06.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE PONTE DE BARCA	120.484,59
06.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	75.893,32
06.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VALENÇA	75.959,07
06.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	91.519,84
06.05.01.01.10	MUNICIPIO DE VIANA DO CASTELO	191.713,46
06.05.01.01.11	OUTROS	32.560,11
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10.000,00
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10.000,00
06.08	FAMÍLIAS	100,00
06.08.01	FAMÍLIAS	100,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	70.904,44
07.01	VENDA DE BENS	2.200,00
07.01.01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.000,00
07.01.02	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	100,00
07.01.03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	100,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	500,00
07.01.99	OUTROS	500,00
07.02	SERVIÇOS	68.704,44
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	5.000,00
07.02.02	ESTUDOS, PARECERES PROJECTOS E CONSULTADORIA	400,00
07.02.03	OUTROS	5.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	58.204,44
07.02.09.09	CANIDEOS E GATIDEOS	58.204,44
07.02.99	OUTROS	100,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,00
08.01	OUTRAS	3,00
08.01.99	OUTRAS	3,00

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MINHO\LIMA (CI)		

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
08.01.99.01	INDEMINIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO	1,00
08.01.99.02	INDEMINIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM	1,00
08.01.99.99	DIVERSAS	1,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	376.793,82
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	300,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	300,00
09.04.01.01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	100,00
09.04.01.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	100,00
09.04.01.03	OUTROS	100,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.393,82
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	400,00
10.01.01	PÚBLICAS	300,00
10.01.01.01	EMPRESAS PÚBLICAS	100,00
10.01.01.02	EMPRESA PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	100,00
10.01.01.99	OUTRAS	100,00
10.01.02	PRIVADAS	100,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	147.893,82
10.03.01	ESTADO	100,00
10.03.01.99	OUTROS	100,00
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÕES COMUNITÁRIAS EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	147.693,82
10.03.07.01	FEDER	41.550,00
10.03.07.02	FSE	100,00
10.03.07.03	FEP	100,00
10.03.07.04	FUNDO DE COESAO	105.943,82
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	100,00
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	52.000,00
10.05.01	CONTINENTE	52.000,00
10.05.01.01	MUNICÍPIOS	52.000,00
10.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	5.000,00
10.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE CAMINHA	5.000,00
10.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	5.000,00
10.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MONÇÃO	5.000,00
10.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	5.000,00
10.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE PONTE DE BARCA	5.000,00
10.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	5.000,00
10.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VALENÇA	5.000,00
10.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	5.000,00
10.05.01.01.10	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	5.000,00
10.05.01.01.11	OUTROS	2.000,00
10.09	RESTO DO MUNDO	100,00
10.09.01	UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES	100,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	175.000,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	175.000,00
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	175.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.100,00
13.01	OUTRAS	1.100,00
13.01.99	OUTRAS	1.100,00
	TOTAL DAS RECEITAS	3.519.882,99

Conselho Intermunicipal

Em 5 de Dez de 2013

Miguel Alves

Maria Antunes

Assembleia Intermunicipal

Em 53 de Dez de 2013

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	DESPESAS CORRENTES	3.038.117,60
01	DESPESAS COM O PESSOAL	695.412,37
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	416.357,40
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	416.153,40
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	100,00
01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	1,00
01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	100,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	1.000,00
01.01.10.01	MEMBROS DOS ORGÃO AUTÁRQUICOS	1,00
01.01.10.02	PESSOAL DOS QUADROS	1,00
01.01.10.03	OUTROS	1,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	20.169,32
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	27.054,72
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	69.535,21
01.01.15	REMUNERAÇÃO POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE	1.000,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	100,00
01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	15.000,00
01.02.06	FORMAÇÃO	500,00
01.02.07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	1,00
01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	100,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	9.925,44
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	1,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	119.161,28
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	1,00
01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	15.500,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	1,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	1,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	113.659,28
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	46.014,82
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL REGIME GERAL	67.644,46
01.03.05.03	OUTROS	1,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1,00
01.03.08	OUTRAS PENSÕES	1,00
01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	5.500,00
01.03.09.02	SEGUROS DE SAUDE	1,00
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.307.026,23
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	27.501,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	1,00
02.01.02.01	GASOLINA	12.500,00
02.01.02.02	GASÓLEO	15.000,00
02.01.02.99	OUTROS	1,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	1.000,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	176.049,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	18.970,00
02.01.09	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	1,00
02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	1,00
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	11.000,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	4.900,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	700,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	500,00
02.01.21	OUTROS BENS	23.710,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	101,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	25.000,00
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	16.000,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	10.000,00
02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	24.000,00
02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	6.000,00
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	18.640,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	7.980,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	32.000,00
02.02.10	TRANSPORTES	700,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	33.352,90
02.02.12	SEGUROS	4.000,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	60.378,76
02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	238.668,74
02.02.15	FORMAÇÃO	1,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.100,00
02.02.17	PUBLICIDADE	22.955,03
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.541.311,80
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	1,00
02.02.25.03	OUTROS	101,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.703,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	1.000,00
03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	1.000,00
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	100,00
03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE	1.000,00
03.03.06	MATERIAL DE INFORMÁTICA	1,00
03.03.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00
03.03.08	OUTROS INVESTIMENTOS	1,00
03.05.02	OUTROS	100,00
03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	500,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.868,00
04.01.02	PRIVADAS	1,00
04.03.01	ESTADO	1,00
04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	11,00
04.05.01	CONTINENTE	11,00
04.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	1,00
04.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE CAMINHA	1,00
04.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	1,00
04.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MONÇÃO	1,00
04.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	1,00
04.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	1,00
04.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	1,00
04.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VALENÇA	1,00
04.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	1,00
04.05.01.01.10	MUNICIPIO DE VIANA DO CASTELO	1,00
04.05.01.01.11	OUTROS	1,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	4.850,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	4.850,00
04.07.01.01.01	AREALTOMINHO	1.000,00
04.07.01.01.03	OCEANO XXI (IDCEM)	800,00
04.07.01.01.04	ADRIMINHO	1.016,00
04.07.01.01.05	COMUNIDADE PORTUÁRIA	1,00
04.07.01.01.06	ADRIL	1.016,00
04.07.01.01.07	ATAHCA	1.016,00
04.07.01.01.99	OUTRAS INSTITUIÇÕES	1,00
04.08	FAMÍLIAS	3,00
04.08.02.01	BOLSAS DE ESTUDO	1,00
04.08.02.02	BOLSAS DE FORMAÇÃO	1,00
04.08.02.99	OUTRAS	1,00
04.09	RESTO DO MUNDO	1,00
04.09.01.03	OUTROS	1,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.108,00
06.02	DIVERSAS	28.106,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	1,00
06.02.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	1,00
06.02.03.02	IVA PAGO	27.500,00
06.02.03.03	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	1,00
06.02.03.04	SERVIÇOS BANCÁRIOS	604,00
06.02.03.05	OUTRAS	1,00
	DESPESAS DE CAPITAL	481.765,39
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	306.749,39
07.01	INVESTIMENTOS	119.250,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	55.000,00
07.01.03.07	OUTROS	10.000,00
07.01.06.02	OUTRO	19.000,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	72.996,30
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	106.503,09
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	2.000,00
07.01.10.02	OUTRO	35.250,00
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	500,00
07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	500,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	1.000,00
07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE-LOCAÇÃO FINANCEIRA	4.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	11,00
08.05.01	CONTINENTE	11,00
08.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	1,00
08.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE CAMINHA	1,00
08.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	1,00
08.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MONÇÃO	1,00
08.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	1,00
08.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	1,00
08.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	1,00
08.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VALENÇA	1,00
08.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	1,00
08.05.01.01.10	MUNICIPIO DE VIANA DO CASTELO	1,00
08.05.01.01.99	OUTROS MUNICÍPIOS	1,00
08.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-	1,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	2,00
09.01.03	SOCEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1,00
09.07.02	SOCIED.E QUASE SOCEDADES NÃO FINANCEIRAS-PUBLICAS	1,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	175.000,00
10.05.03	SOC.FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTIT.FINANCEIRAS	175.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2,00
11.02.01	RESTITUIÇÕES	1,00
11.02.99	OUTRAS	1,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	3.519.882,99

Conselho Intermunicipal

Em 5 de Dez de 2013

Miguel Alves

Assembleia Intermunicipal

Em 23 de Dez de 2013

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
04.01		SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES FINANCEIRAS		1,00
04.01.02		PRIVADAS		1,00
04.03		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		2,00
04.03.01		ESTADO		1,00
04.03.05		SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		1,00
04.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		11,00
04.05.01		CONTINENTE		11,00
04.05.01.01		MUNICÍPIOS		11,00
04.05.01.01.01		MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ		1,00
04.05.01.01.02		MUNICÍPIO DE CAMINHA		1,00
04.05.01.01.03		MUNICÍPIO DE MELGAÇO		1,00
04.05.01.01.04		MUNICÍPIO DE MONÇÃO		1,00
04.05.01.01.05		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA		1,00
04.05.01.01.06		MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA		1,00
04.05.01.01.07		MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA		1,00
04.05.01.01.08		MUNICÍPIO DE VALENÇA		1,00
04.05.01.01.09		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA		1,00
04.05.01.01.10		MUNICIPIO DE VIANA DO CASTELO		1,00
04.05.01.01.11		OUTROS		1,00
04.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		4.850,00
04.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		4.850,00
04.07.01.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		4.850,00
04.07.01.01.01		AREALTOMINHO		1.000,00
04.07.01.01.03		OCEANO XXI (IDCEM)		800,00
04.07.01.01.04		ADRIMINHO		1.016,00
04.07.01.01.05		COMUNIDADE PORTUÁRIA		1,00
04.07.01.01.06		ADRIL		1.016,00
04.07.01.01.07		ATAHCA		1.016,00
04.07.01.01.99		OUTRAS INSTITUIÇÕES		1,00
04.08		FAMÍLIAS		3,00
04.08.02		OUTRAS		3,00
04.08.02.01		BOLSAS DE ESTUDO		1,00
04.08.02.02		BOLSAS DE FORMAÇÃO		1,00
04.08.02.99		OUTRAS		1,00
04.09		RESTO DO MUNDO		1,00
04.09.01		RESTO DO MUNDO- UNIÃO EUROPEIA- INSTITUIÇÕES		1,00
04.09.01.03		OUTROS		1,00
06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.108,00
06.02		DIVERSAS		28.108,00
06.02.01		IMPOSTOS E TAXAS		1,00
06.02.02		ACTIVOS INCORPÓREOS		1,00
06.02.03		OUTRAS		28.106,00
06.02.03.02		IVA PAGO		27.500,00
06.02.03.03		DIFERÊNCIAS DE CÂMBIO		1,00
06.02.03.04		SERVIÇOS BANCÁRIOS		604,00
06.02.03.05		OUTRAS		1,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		481.765,39
07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		306.749,39
07.01		INVESTIMENTOS		302.749,39
07.01.03		EDIFÍCIOS		65.000,00
07.01.03.01		INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		55.000,00
07.01.03.07		OUTROS		10.000,00
07.01.06		MATERIAL DE TRANSPORTES		19.000,00
07.01.06.02		OUTRO		19.000,00
07.01.07		EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		72.996,30
07.01.08		SOFTWARE INFORMÁTICO		106.503,09
07.01.09		EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00
07.01.10		EQUIPAMENTO BÁSICO		35.250,00
07.01.10.02		OUTRO		35.250,00
07.01.11		FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00
07.01.12		ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		500,00
07.01.15		OUTROS INVESTIMENTOS		1.000,00
07.02		LOCAÇÃO FINANCEIRA		4.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
07.02.05		MATERIAL DE TRANSPORTE-LOCAÇÃO FINANCEIRA		4.000,00
08		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		12,00
08.05		ADMINISTRAÇÃO LOCAL		11,00
08.05.01		CONTINENTE		11,00
08.05.01.01		MUNICÍPIOS		11,00
08.05.01.01.01		MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ		1,00
08.05.01.01.02		MUNICÍPIO DE CAMINHA		1,00
08.05.01.01.03		MUNICÍPIO DE MELGAÇO		1,00
08.05.01.01.04		MUNICÍPIO DE MONÇÃO		1,00
08.05.01.01.05		MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA		1,00
08.05.01.01.06		MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA		1,00
08.05.01.01.07		MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA		1,00
08.05.01.01.08		MUNICÍPIO DE VALENÇA		1,00
08.05.01.01.09		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA		1,00
08.05.01.01.10		MUNICIPIO DE VIANA DO CASTELO		1,00
08.05.01.01.99		OUTROS MUNICÍPIOS		1,00
08.07		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		1,00
08.07.01		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		1,00
09		ACTIVOS FINANCEIROS		2,00
09.01		DEPOSITOS CERTIFICADOS DE DEPOSITOS E POUPANÇAS		1,00
09.01.03		SOCEDADES FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		1,00
09.07		ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		1,00
09.07.02		SOCIED.E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PUBLICAS		1,00
10		PASSIVOS FINANCEIROS		175.000,00
10.05		EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		175.000,00
10.05.03		SOC.FINANCEIRAS-BANCOS E OUTRAS INSTIT.FINANCEIRAS		175.000,00
11		OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		2,00
11.02		DIVERSAS		2,00
11.02.01		RESTITUIÇÕES		1,00
11.02.99		OUTRAS		1,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				3.519.882,99

Conselho Intermunicipal

Em 5 de Dez de 2013

Miguel Alves

Assembleia Intermunicipal

Em 27 de Dez de 2013

GRANDES OPCIÕES DO PLANO - FUNC. PLANO											DODAÇÕES INICIAIS DO ANO 2014		
FUNCIONAL	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. OBJ./PROG. PROV. AÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO RESPON- SÁVEL	DATAS	REALIZADO			DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)			
							EX-PASSAR. ATÉ 1-OUT-2013 DE OUT-DEZ	PAGAM. FREV	AÑO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				
1901	07	2011 1:0	OUROS INVESTIMENTOS	0102/070115	CONTRATO	100,6	CTW	2014/01/01 [2014/12/31] J	A TRANSPORTAR ...	535.077,73	2.440.864,62	2.440.864,62	
									TOTAL GERAL	535.077,73	1.000,00	1.000,00	
													1.000,00
													5001305,58

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJETO TECNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Conselho Intermunicipal!			
Em 5 de Dez de 2013			
_____ <td>_____<td>_____<td>_____</td></td></td>	_____ <td>_____<td>_____</td></td>	_____ <td>_____</td>	_____

Assembleia Intermunicipal			
Em 12 de Dez de 2013			
_____ <td>_____<td>_____<td>_____</td></td></td>	_____ <td>_____<td>_____</td></td>	_____ <td>_____</td>	_____

Miguel Almeida
Nelson Borges
etc.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - FUNC. PLANO										Dotações Iniciais do Ano 2014			
PÁGINA : 2	FUNÇÃO/DO PROJ./PROG. OBJ./PROG.	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO	RESPON- SÁVEL	DATAS	REALIZADO	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISÃO
									EX. PAGAM. ATÉ 1-OCT-2013 DE COT/CEZ	PAGAM. FREV TOTAL	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	ANOS SEGUINTES	
1901	07	2011110 OUTROS INVESTIMENTOS	0102/01/0115	CUTRA	ICG.G	CRH	2014/01/01 2014/12/31	0	1.000,00	1.000,00			546.157,22
													1.000,00
													547.157,22

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - CON. PROJETO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUVIDA
- P -

Conselho Intermunicipal

Em 22 de dez de 2013

Assembleia Intermunicipal

Em 17 de dez de 2013

FUNCIONAL OBJ. /FEG. ACÇÃO	CÓDIGO/ANO TIPO/NºM. PROJ. ACÇÃO	DESCRICAÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		DATAS	REALIZADO	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)			TOTAL PREVISIVO
					EX PASSIM. ATÉ 1-OUT-2013 DE OUT-DEZ	PAGAM. PREV. INÍCIO			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	DEFINIDOS	NAO DEFIN.	
1001	01	2011 A 14	ESTUDOS, PARCERIAS, CONSULTADORA	0102/020214	OUTRA	17.4	82,6	CIM	2011/01/01 2014/12/31 4	42.327,00	2.098.114,23	2.098.114,23
1001	02	2011 A 15	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	0102/020220	OUTRA	17,4	82,6	CIM	2011/01/01 2014/12/31 3	44.445,96	18.500,00	18.500,00
1001	04	2013 A 28	REPRESENTATIVAS/DESLOCAMENTOS DOS SERVIÇOS	0102/020228	OUTRA	17.4	82,6	CIM	2013/01/02 2014/12/31 0	822,10	16.500,00 2.000,00	16.500,00
1001	04	2013 A 28	DOS SERVIÇOS	0102/02C211							1.033,00	
1001	04	2013 A 28		0102/02C213							1.033,00	
									TOTAL GERAL	535.671,73	2.135.114,23	2.135.114,23
											179.046,40	
												446.238,16

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUIDA
-

E

Conselho Intermunicipal
15 de Dezembro de 2013

Assembleia Intermunicipal

En 27 de Dezembro de 2013
<i>→ 21 em Decembro</i>

*Miguel Afonso
2013 Portugal*

OBJETIVO	Descrição	Realizado			Despesas (Previsão)			TOTAL PREVISTO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013		PAGAM. PREV DE OUT-SEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			
		TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2015	2016	2017	CUTROS
1001	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL MINHO LIMA	87.595,06		2.351.863,62	2.357.863,62	2.031.454,23		4.836.800,52
19	EQUIPAMENTO GERAL DOS SERVIÇOS			37.000,00	37.000,00			124.595,06
1901	EQUIPAMENTO GERAL DOS SERVIÇOS			47.000,00	47.000,00			47.000,00
	TOTAL GERAL ...	555.077,73		2.441.863,62	2.441.863,62	2.031.454,23		5.008.395,58

OBJETIVO	DESCRICAÇÃO	REALIZADO		EXPESAIS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. FREV DE OUT-DEZ	ANO EX CURSUS (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTES			
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2016		
01	SERVICOS PÚBLICOS LOCALS E INTERMUNICIPAIS			246.659,39	246.659,39		230.207,83	476.907,22	
0105	ASSISTENCIA TÉCNICA P/D MUNHO LIMA E CORPO PASS/F ARQUIVOS	132.000,00	102.000,00		102.000,00			102.000,00	
0113	ARQAD	46.038,39	46.038,39		46.038,39			46.038,39	
0114	ECONOMIA REGIONAL	98.660,30	98.660,30		98.660,30			328.568,13	
02	TURISMO NATUREZA MÍNHO IN PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DO CENTRO DE MAR	13.050,00	13.050,00		13.050,00			23.250,00	
0207	MELI	10.000,00	10.000,00		10.000,00			10.000,00	
0216	EQUIPAMENTO GERAL DOS SERVIÇOS	500,00	500,00		500,00			500,00	
19	EQUIPAMENTO GERAL DOS SERVIÇOS	2.550,00	2.550,00		2.550,00			12.750,00	
1901	TOTAL GERAL ...	47.000,00	47.000,00		47.000,00			47.000,00	
		47.000,00	47.000,00		47.000,00			47.000,00	
		306.749,39	306.749,39		306.749,39			547.157,22	

OBJETIVO	DESCRICAÇÃO	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2013	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS (PREVISÃO)				TOTAL PREVISÃO
				ANOS EN CURSO (FINANCIAMENTO)	DEFINIDO	MÁO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES	
	A TRANSPORTAR ...	447.482,67		2.098.114,23	2.098.114,23			
1001	CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL MIRHO LIMA	87.595,06		37.000,00	37.000,00			124.595,06
	TOTAL GERAL ...	535.077,73		2.135.114,23	2.135.114,23	1.791.046,40		
						1.791.046,40		
								4.441.239,36

(

)